

EGA, Françoise. 2021. *Cartas a uma negra*. 1ª ed. São Paulo: Todavia. 256 pp.

Willian Luiz da Conceição 

Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, São Paulo, SP, Brasil
E-mail: willian.luiz.conceicao88@gmail.com

Cartas a uma negra (2021), de Françoise Ega (1920-1976), reúne textos redigidos à mão em cadernos entre os anos de 1962 e 1964. Trata-se de uma relíquia dolorosa, intensa e, em certa medida, redentora — um testemunho íntimo e coletivo das feridas abertas pelo racismo e da potência criadora das mulheres negras na diáspora diante do silêncio que as envolve.

As cartas foram publicadas postumamente em livro em 1978 e ganharam tradução para o português pela editora Todavia, em 2021. Nessas cartas, nunca enviadas, Ega se dirige à escritora e catadora de materiais recicláveis Carolina Maria de Jesus (1914-1977), que se torna personagem central de sua narrativa. Ega estabelece um diálogo imaginário e, ao mesmo tempo, cotidiano e profundamente real com a autora de *Quarto de despejo* (2014), traçando uma ponte sensível entre os becos do Canindé — antiga favela na periferia de São Paulo, então

localizada às margens do rio Tietê, onde vivia Carolina — e os subúrbios operários de Marselha, onde Ega residia.

Ega foi uma escritora e ativista francesa, nascida em Le Morne-Rouge, na Martinica — território ultramarino francês no Caribe. Na juventude, formou-se em um curso técnico de datilografia, o que a qualificava, à época, para funções administrativas em escritórios. No entanto, ao migrar para Paris e, posteriormente, para Marselha — onde viria a escrever suas cartas —, deparou-se com uma realidade muito distinta daquela que sua formação profissional prometia. A chegada de Ega à França ocorreu no contexto do fluxo migratório gerado pela Lei de Departamentalização de 1946, que transformou quatro antigas colônias — Martinica, Guadalupe, Guiana Francesa e Reunião — em departamentos ultramarinos. Proposta pelo martinicano Aimé Césaire, a lei extinguiu formalmente o estatuto colonial desses territórios ao integrá-los à República francesa, mas preservou as estruturas de poder e as hierarquias herdadas do colonialismo, reforçando o projeto assimilacionista do Estado francês.

O livro desnuda a *domesticidade* francesa — a mesma que tenta silenciar e apagar a existência das mulheres negras caribenhas, relegando-as ao lugar de

"boas para servir". Os escritos de Ega dão forma e densidade ao cotidiano duro e humilhante da população caribenha na França hexagonal¹ — mesmo sendo franceses, são considerados cidadãos de segunda classe. Mulher martinicana e trabalhadora doméstica, Ega transforma sua própria trajetória em um testemunho. Em vez de ocultar o que se vive, ela escancara o funcionamento do colonialismo que persiste sob novas máscaras: o contrato de trabalho, as habitações precárias, o racismo cotidiano em sua forma genderizada (Kilomba 2012), o paternalismo dos patrões e a violência das patroas francesas.

Sua voz se inscreve em um movimento literário de língua francesa profundamente influenciado pela *Négritude*, mas também pelas lutas anticoloniais e pelos processos de descolonização. Está ao lado de outras autoras caribenhas, como a guadalupense Maryse Condé (1934-2024), autora de *Eu, Tituba: bruxa negra de Salem* (2019), e a martinicana Suzanne Césaire (1915-1966), cujos escritos foram reunidos em *A grande camuflagem: escritos de dissidência (1941-1945)*, publicado no Brasil em 2021.

Ega encontra em Carolina Maria de Jesus uma inspiração literária e uma espécie de espelho transatlântico. Passa a ler sobre Carolina no ônibus, depois de descobri-la em revistas como a *Paris Match*², reconhecendo nela uma voz com a qual compartilha experiências de marginalização, resistência e

escrita a partir das bordas do mundo. Duas mulheres negras, separadas por oceanos, mas unidas pela experiência do trabalho precarizado e pelo desejo de se tornarem autoras de suas próprias histórias. Ao dirigir-se à autora de *Quarto de despejo*, Ega escreve: "Tudo que você escreveu, eu conheço" (:5), e adiante reconhece: "Na favela, você nunca foi capaz de pensar em nada além do pão de cada dia. Penso que isso que me aproxima de você, Carolina Maria de Jesus" (:7).

Como faxineira, Ega narra a experiência da invisibilidade a que são submetidas as mulheres caribenhas na França metropolitana. Ao chegar a Marselha, recorda: "Quinze dias se passaram e ninguém me perguntou como eu me chamava nem pediu a minha carteira de identidade, é incrível" (:5). Ela escreve às escondidas, entre uma tarefa e outra, enquanto prepara o jantar para os filhos. Suas anotações registram o cansaço acumulado das trabalhadoras ao final de uma jornada nas casas das patroas — mulheres brancas, burguesas e indiferentes à dignidade de quem as serve. Ao mesmo tempo, denuncia o machismo vivido por essas mulheres também dentro de suas relações conjugais, revelando como a opressão se estende para além do espaço de trabalho e da sociedade branca.

Por meio da escrita, Ega dá voz a tantas outras mulheres que, como ela, cruzaram o oceano em busca de sustento e sobrevivência: "Uma patroa pagou a minha viagem! Preciso reembolsar

cento e cinquenta francos por mês. Ganho duzentos e vinte. Sobram setenta para o dia a dia. Tenho dois filhos lá na minha terra [...]” (:9). Em meio a relações de trabalho doméstico em condições análogas à escravidão, ela se indigna: “Que tráfico de pessoas é esse! Foi feito um contrato de trabalho? Seu nome está no sistema de seguridade social?” (:10). Ega talvez não imaginasse que esse mal ainda persista como realidade para milhares de mulheres nos dias atuais.

Para Ega, a vivência nas grandes casas onde trabalha é também material de reflexão crítica: “Se ficar em casa, jamais poderei ver até onde a estupidez humana pode ir” (:11). Ela descreve os apartamentos das patroas — fechados ao sol e ao vento — como espaços opressivos que lhe provocam náusea: “Aquele mistura de cheiros, perfume, suor, cozinha” (:13). E completa, em um gesto literário de alteridade: “Ao chegar em casa ainda sob o impacto da falta de ventilação, digo às crianças: ‘Vamos, depressa, respirem’, e abro minha casa para que o sol entre por todos os lados. O mais penoso para uma faxineira, eu acho, é o cheiro da vida dos outros” (:13).

Nas páginas de Ega, o sagrado atravessa o exílio, ressoando tanto as religiões de matriz africana quanto o catolicismo popular caribenho. Em meio ao confinamento, evoca, aparentemente, Iansã: “Eu, filha do vento e dos espaços abertos, sou forçada a girar em círculos em um grande apartamento de persianas

fechadas” (:13). Sua fé também se apoia na devoção à Nossa Senhora da Candelária, a quem confessa: “com sua tez morena, ela é tão parecida comigo” (:72). Diante da Virgem Negra, se pergunta: “Onde está o meu passado? Trata-se de um nada?” (:73) — mas encontra nela conforto e calma.

Ega também comenta a falta de fé da sociedade europeia: “O velho povo europeu não acredita em mais nada, tudo é apenas formalidade!” (:70), e ironiza com a ideia de missionários de outros continentes evangelizando toda a Europa (:70).

Não há ingenuidade em sua escrita. O olhar é apurado; a linguagem, direta, irônica, lírica. Ega escreve como quem observa o mundo a partir de uma análise histórica e sociológica: “Este é, Carolina, o sonho parisiense das Antilhas, e elas continuam a chegar em embarcações lotadas [...]”, enquanto afirma: “[...] algumas por causa dos auxílios do governo da França, tal como qualquer francês da França, outras na esperança de ter um vencimento mais substancial. No final das contas, são devoradas pelo metrô, engolidas pelas fábricas”, e conclui: “Acabam ficando aflitas, não riem mais como em Fort-de-France ou em Pointe-à-Pitre, não têm tempo para nada” (:59).

A crítica de Ega ao racismo estrutural, patriarcado e capitalismo é profunda. Ela se manifesta nas personagens, nas situações cotidianas e no modo como escreve sobre o corpo

negro, enfrentando as patroas em defesa de suas irmãs. Narra também gestos de resistência, festas, danças, tradições, conversas em patoá¹, estratégias de sobrevivência e vínculos entre "irmãs de serviço". Afirma: "Pois é, Carolina, as misérias dos pobres do mundo inteiro se parecem como irmãs" (:5), mas reconhece as tensões e as violências entre seus próprios conterrâneos: "[...] os antilhanos vivem com muito mais dificuldade entre si [...] do que qualquer outra comunidade estrangeira" (:49-50).

Cartas a uma negra é, ao mesmo tempo, um relato de injustiças e uma

obra de construção da memória coletiva negra na Europa. Trata-se de uma literatura que rompe o silêncio histórico e desafia o leitor a escutar o que sempre foi dito, mas raramente ouvido: que o colonialismo não acabou — apenas trocou de nome e de roupa. O legado de Ega nos deixa uma ética: a ética de quem escreve para denunciar, mas também para cuidar — cuidar da memória, das outras mulheres, das nossas crianças, de si mesmo. Ao final da leitura, o que resta é mais que indignação: é a urgência de transformar o mundo.

Cartas a uma negra é, portanto, um chamado.

Notas

- ¹ A expressão "França hexagonal" refere-se à forma geográfica do território metropolitano francês na Europa continental, que se assemelha a um hexágono.
- ² *Paris Match* é uma revista semanal francesa de grande circulação, fundada em 1949, conhecida por sua combinação de jornalismo investigativo, atualidades políticas e cobertura fotográfica de celebridades e eventos internacionais.
- ³ O termo *patoá* refere-se a línguas crioulas faladas nas regiões caribenhas de influência francesa, como Martinica e Guadalupe. Originado da mistura entre o francês e línguas africanas e indígenas.

Referências

- CÉSAIRE, Suzanne. 2021. *A grande camuflagem: escritos de dissidência (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições.
- CONDÉ, Maryse. 2019. *Eu, Tituba: bruxa negra de Salem*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- EGA, Françoise. 2021. *Cartas a uma negra: narrativa antilhana*. 1. ed. São Paulo: Todavia.
- JESUS, Carolina Maria de. 2014. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10. ed. São Paulo: Ática.
- KILOMBA, Grada. 2019. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó.

Willian Luiz da Conceição é historiador e antropólogo. Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional (MN/UFRJ), onde desenvolveu pesquisa sobre colonialismo, resistências e as políticas de assimilação da França na Guiana Francesa. Entre 2024 e 2026, realizou estágio pós-doutoral em História Global do Trabalho pelo PPGH/UFSC. Atualmente, desenvolve pesquisa de pós-doutorado em Antropologia Social na Universidade de São Paulo (USP), com bolsa da Fapesp, no projeto intitulado "De nègre fondamental a l'écorché vif da Negritude: uma biografia de Léon-Gontran Damas e suas redes intelectuais, políticas e afetivas (1949-1978)". É autor do livro *Branquitude: dilema racial brasileiro* (Papéis Selvagens, 2020).

Editor-Chefe: Luiz Costa

Editora Adjunta: Adriana Vianna

Editor Adjunto: Carlos Fausto

Declaração de Disponibilidade de Dados:

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Recebido em: 24/06/2025

Aceito em: 23/03/2026